

Bullying em contextos escolares

Queli Luana Kuhn*
Letícia Ribeiro Lyra**
Patrícia C. Silveira Tosi***

Resumo

O *bullying* é a denominação atribuída a um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos. O principal objetivo desta pesquisa, caracterizada como qualitativa, foi investigar a frequência com que o *bullying* ocorre em diferentes contextos escolares, bem como comparar essa ocorrência entre sujeitos do sexo masculino e feminino. A pesquisa se justifica pela ausência de dados quanto à ocorrência desse fenômeno nas escolas municipais da cidade em que se realizou a pesquisa, e pelo fato de o *bullying* não ter sido considerado um problema relevante durante muitos anos, apesar de o fenômeno ocorrer desde que surgiram as instituições escolares. Para a realização da pesquisa, foi utilizado um questionário estruturado com base nos principais tipos de *bullying* encontrados na literatura. Participaram da pesquisa 54 estudantes do 5º ano do ensino fundamental de 3 escolas de uma cidade do Meio-Oeste catarinense. A escolha por esse ano de escolaridade foi em virtude de tais alunos estarem na fase do desenvolvimento de transição da infância para a adolescência, o que caracteriza um período de muitas mudanças e conflitos. Os resultados apontam para uma grande incidência do fenômeno nas três escolas pesquisadas. Dos 54 alunos (100%) que participaram da pesquisa, 49 (91%) alegaram sofrer algum tipo de violência na escola. A escola que apresentou maior ocorrência de *bullying* foi a escola da área rural e o tipo de *bullying* entre os sujeitos do sexo masculino e do feminino apresentou diferentes frequências.

Palavras-chave: *Bullying*. Ensino Fundamental. Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

Um dos problemas sociais que tem se destacado na mídia é a violência escolar, também chamada de *bullying*. Embora ocorra em diferentes espaços e há muitos anos, somente agora parece ter despertado a atenção da população, que não tem mais a certeza de que seus filhos estarão seguros na escola. O que motivou a realização deste estudo foi o alto índice de crianças acometidas pela violência escolar, que pode trazer consequências para o desenvolvimento delas; esse tipo de ocorrência pode provocar danos não apenas às crianças e aos adolescentes, mas também prejudicar adultos que ainda experimentam aflições adquiridas em situações traumáticas no ambiente estudantil (SILVA, 2010).

As pesquisas a respeito do assunto são poucas e recentes, uma vez que, inicialmente, os estudos eram voltados para os danos causados na estrutura da escola. Os principais prejudicados são as vítimas, que apresentam inúmeros danos, tanto físicos quanto os relacionados ao sofrimento psíquico e a não adaptação à escola (ANTUNES; ZUIN, 2008). Em virtude disso, surge a necessidade de se conhecer melhor o que é o *bullying* e as principais consequências para aqueles que o sofrem.

* Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus de Joaçaba; queli_luana@hotmail.com

** Mestre em Psicologia; professora da Universidade Federal da Fronteira Sul; le_lyra@hotmail.com

*** Doutora em Psicologia; professora da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus de Joaçaba; patricia.tosi@unoesc.edu.br

Não se pode dissertar sobre *bullying* sem antes saber de fato o que é violência. Existem diversas definições para esta, entre elas está a de Koller (1999 apud MALDONADO; WILLIAMS, 2005, p. 353), o qual relata que “[...] todo ato de violência tem em comum o fato de ser caracterizado por ações e, ou, omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos.” Independente do contexto em que ocorre, as violências – física, sexual e psicológica –, contra crianças, têm aparecido com maior frequência, o que revela a necessidade de formulação de políticas públicas voltadas para essa faixa etária que não tem como se defender. Muitas sofrem violência em casa, e, considerando que as crianças tendem a reproduzir suas vivências, essa situação pode aumentar as chances de se tornarem agressivas quando adolescentes ou até mesmo considerarem a violência como algo normal, que faz parte do seu processo educacional, uma vez que a família é o modelo padrão a ser seguido por elas (MALDONADO; WILLIAMS, 2005). Entre as variadas formas de violência pelas quais as crianças e os adolescentes estão expostos, destaca-se, no presente estudo, a violência que ocorre na escola, o *bullying*.

1.1 O QUE É O BULLYING?

O *bullying* é conceituado como um conjunto de comportamentos agressivos – físicos ou psicológicos – como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir (LOPES NETO, 2005; SMITH, 2002 apud ANTUNES; ZUIN, 2008, p. 34). Pode ocorrer entre colegas, sem motivação evidente e repetidas vezes; um grupo de alunos ou um aluno com mais força vitimiza outro que não consegue encontrar um modo eficiente para se defender, conforme observam (LOPES NETO, 2005; MARTINS, 2005; RIGBY, 2002; SMITH, 2002 apud ANTUNES; ZUIN 2008, p. 34). No *bullying*, estão envolvidos aspectos culturais – sociais, políticos e econômicos – e individuais. Antunes e Zuin (2008) comentam, ainda, que o conceito de *bullying* se aproxima do conceito de preconceito, em especial quando se reflete sobre os fatores sociais que determinam os grupos-alvo e a respeito dos indicativos da função psíquica para aqueles considerados agressores. O *bullying* também pode ser conceituado como um comportamento agressivo, cruel, proposital e sistemático inerente às relações interpessoais (SILVA, 2010).

1.2 ATORES

O *bullying* envolve três tipos de atores: as vítimas da agressão, isto é, o agente passivo que sofre a agressão; os agressores, agentes da ação; as testemunhas, os que assistem, coniventes, incentivando ou com medo, sem participar diretamente do ato de violência.

1.2.1 As vítimas

Segundo Silva (2006), existem três tipos de vítimas: a típica, a provocadora e a agressora. A típica é, em geral, tímida, submissa, pouco sociável, com aspectos físicos frágeis e dificuldades de se impor. Normalmente apresenta uma “marca” que a destaca da maioria, algo que fuja do padrão imposto. De acordo com Silva (2010, p. 38), “[...] essas crianças estampam suas inseguranças na forma de sensibilidade, passividade, submissão, falta de coordenação motora, baixa autoestima, ansiedade excessiva e dificuldades de se expressar.”

A vítima provocadora é aquela que provoca reações agressivas com as quais não pode lidar e tenta reagir a essas agressões; e, na maioria das vezes, são crianças ou adolescentes hiperativos e impulsivos (SILVA, 2010). Por fim, a vítima agressora, reproduz os maus tratos que sofreu em outra pessoa mais frágil. Isso contribui para que o *bullying* ganhe proporções ainda maiores, pois se torna um círculo de comportamentos agressivos. Silva (2010, p. 81) observou que a maioria das vítimas de

bullying possui personalidade afetiva, repleta de sensibilidade, empatia e senso moral em relação aos demais. Costuma apresentar elevados níveis de inteligência, concentrando-a em atividades nas quais se sente atraída desde muito cedo.

1.2.2 Os agressores

Além da preocupação com as vítimas, é necessário compreender os motivos que levam uma criança ou um jovem a expressar sua agressividade na escola, e, muitas vezes, em forma de crueldades. “Os agressores apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não aceitam ser contrariados ou frustrados, geralmente estão envolvidos em pequenos delitos e o desempenho escolar costuma ser regular ou deficitário.” (SILVA, 2010). Apresentam uma afetividade deficitária, que pode fazer parte do próprio temperamento do indivíduo, e, desde cedo, manifestam desrespeito, como maus tratos a irmãos, colegas, animais de estimação, empregados domésticos ou funcionários da escola, além da ausência de culpa ou remorso (SILVA, 2010). De acordo com Lopes Neto (2005), “[...] sua função é a realização da afirmação de poder interpessoal por meio da agressão.” Martins (2005) cita, ainda, que os autores do *bullying* têm dois objetivos, o primeiro é demonstrar poder e o segundo conseguir afiliação perante outros colegas. Além do temperamento do indivíduo, o *bullying* envolve as influências de familiares, colegas, escola e da comunidade (LOPES NETO, 2005), bem como de “[...] uma relação negativa com os pais e um clima emocional frio em casa, e as relações de poder existentes no ambiente escolar” (YONEYAMA; NAITO, 2003 apud ANTUNES; ZUIN, 2008, p. 34). Lopes Neto (2005 apud COLOVINI; COSTA, 2007, p. 2) afirma que as motivações para tal violência são extremamente variadas e relacionadas com as experiências que os alunos tem na família e na comunidade, e, que alguns trabalhos internacionais revelam que o *bullying* pode ocorrer a partir dos três anos de idade, quando se pode observar a intencionalidade desses atos. Lopes Neto (2008, p. 6) reforça:

[...] algumas crianças que vivem em condições familiares adversas parecem ter maior predisposição para desenvolverem agressividade. Entre os fatores de risco identificados, a falta de afetividade e envolvimento com os pais, o excesso de tolerância ou de permissividade em relação ao comportamento agressivo e a prática de maus-tratos físicos ou de explosões violentas.

Nesses casos, ressalta-se a importância da família no sentido de identificar tais comportamentos da criança e procurar ajudá-la, pensar sobre as consequências que essas atitudes podem trazer no futuro dela, corrigindo-a enquanto há tempo.

1.2.3 As testemunhas

Além dos autores e vítimas, o *bullying* conta também com a participação de testemunhas, indivíduos que presenciam as agressões mas não agem em relação a elas. Podem ser classificados como passivos quando assumem essa postura em virtude do medo de serem vítimas posteriormente, o que faz com que não defendam as vítimas, mesmo não concordando com as atitudes do agressor. Se a testemunha possuir uma estrutura psicológica abalada, possivelmente sofrerá consequências psíquicas ao presenciar tais cenas (SILVA, 2010). Já as testemunhas, que mesmo não participando ativamente das agressões, apoiam o agressor, incentivando ou rindo, são consideradas ativas. As testemunhas neutras são as que parecem indiferentes às situações de *bullying*, não demonstrando qualquer sensibilização em razão do próprio contexto social no qual estão inseridas. Assim como a omissão de socorro diante de uma vítima de acidente de trânsito, a omissão diante do *bullying* também se configura como uma ação criminosa e imoral (SILVA, 2010).

1.2.4 Como identificar os atores

Algumas características podem ser observadas no comportamento das vítimas, agressores e testemunhas, em diferentes espaços, o que pode levar pais e professores a investigarem o que de fato está acontecendo. Segundo Silva (2010, p. 48), as vítimas, no ambiente escolar, com frequência, encontram-se isoladas ou perto de alguém que possa protegê-las (professor), apresentam postura retraída na sala, dificuldade de perguntar algo na frente de outros alunos, faltas frequentes, insegurança, ansiedade, são tristes, deprimidas, aflitas, em geral, são as últimas a serem escolhidas para atividades em grupo; aos poucos, acabam perdendo o interesse por atividades escolares, perdem materiais, e, em casos mais complicados, podem apresentar hematomas. Em casa, podem se queixar de dores, alegar sintomas físicos para faltar à aula, apresentar mudanças de humor, irritação, têm poucos amigos, passam a gastar mais dinheiro na cantina da escola (para presentear os agressores e evitar perseguições) e se tornam descuidadas com tarefas escolares (SILVA, 2010).

Cada vítima reage de uma forma diferente ao *bullying* sofrido, afinal, possui características biológicas e psicológicas distintas. "Alguns buscam ajuda em profissionais de saúde mental, visando a adquirir habilidades específicas no trato com o outro." (SILVA, 2010, p. 75). Nessas habilidades, destaca-se a assertividade diante das provocações, a capacidade de resolução de conflitos, a melhoria da autoestima, a superação dos medos e, sobretudo, a capacidade de resiliência. Alguns desses jovens não superam o trauma, carregam-no para o resto da vida e podendo reproduzir essa violência com familiares ou em relacionamentos profissionais. Em casos mais extremos, em que o jovem já possuía predisposição genética para o desenvolvimento de algumas patologias, o *bullying* pode ser um fator desencadeante de transtornos mentais (SILVA, 2010).

O mesmo autor ressalta que no ambiente escolar, os agressores estão sempre se envolvendo em desentendimentos e discussões com outros alunos ou até mesmo professores. Fazem ameaças, atribuem apelidos pejorativos, constrangem alguns alunos, fazem brincadeiras de mau gosto e pegam materiais de outros colegas sem autorização. Em casa, habitualmente, apresentam atitudes hostis, desafiadoras e agressivas em relação à família, não respeitam hierarquias, manipulam, mentem, adotam maneiras arrogantes de se vestir, aparecem com objetos que não possuíam, voltam da escola com roupas amarrotadas, entre outras. Por outro lado, alguns se comportam em casa como se nada estivesse acontecendo e negam todas as acusações feitas contra eles. Os espectadores ou testemunhas costumam não apresentar sinais explícitos que denunciem a situação na qual estão vivendo, e tendem a se manter calados sobre o que presenciam.

[...] talvez o maior desafio na identificação dos atores dessa triste "peça" chamada bullying seja distinguir os agressores que podem ser dissuadidos desse papel e transformados em guerreiros contra a violência escolar, daqueles que já exibem, desde muito cedo, uma natureza desprovida de afetividade. (SILVA, 2010, p. 51).

Muitos dos jovens ou crianças que praticam essa violência estão em situações desfavoráveis, como famílias pouco protetoras, doenças na família, pais extremamente permissivos, entre outras circunstâncias. É provável que apresentem culpa e remorso por suas atitudes, o que significa que seus comportamentos são transitórios e que precisam de ajuda, pois sofrem com seus atos e com as consequências destes. Por outro lado, alguns jovens de até 18 anos podem apresentar transtorno de conduta. Esse transtorno não é algo passageiro, é um grave transtorno de difícil controle, no qual apresentam mentiras constantes, crueldades com animais, irmãos ou colegas, falta de responsabilidade, comportamento desafiador, fugas, violação de regras, fraudes, atos de vandalismo, manipulação e até mesmo histórico de homicídio. "Para tais crianças ou adolescentes, é necessário um plano de educação que não permita jamais que eles estejam no comando da situação" (SILVA, 2010), no sentido de impor limites e deixar claro que eles devem seguir algumas regras e comportamentos.

1.3 CONSEQUÊNCIAS

Lima (2003) comenta que, possivelmente, o pior efeito da pressão sofrida nos casos de *bullying* é a vítima se sentir condenada à inexistência ou à invisibilidade; em geral, isso é concretizado por membros de um grupo que combinam entre si ignorar um colega, fazer de conta que ele não existe, entre outros atos. Como as vítimas são pessoas que, na maioria dos casos, já apresentam baixa autoestima, a prática do *bullying* pode agravar os problemas existentes ou abrir quadros graves de transtornos psíquicos e comportamentos irreversíveis (SILVA, 2010). Ainda conforme Silva (2010, p. 25), os principais problemas apresentados por vítimas de *bullying* atendidas em consultório são os sintomas psicossomáticos, transtorno do pânico, fobia escolar, fobia social, transtorno de ansiedade generalizada, depressão, anorexia, bulimia, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno do estresse pós-traumático e, em casos mais raros, esquizofrenia, suicídio e homicídio. São quadros em que já existe uma predisposição genética para o transtorno, como menciona Silva (2010, p. 32):

A vulnerabilidade de cada indivíduo, aliada ao ambiente externo, às pressões psicológicas e às situações de estresse prolongado, pode deflagrar transtornos graves que se encontravam, até então, adormecidos. [...] Além do bullying ser uma prática inaceitável nas relações interpessoais, pode levar a quadros clínicos que exijam cuidados médicos e psicológicos para que sejam superados.

Há casos em que esse tipo de vítima, ao ser submetido a um rebaixamento intenso da autoestima, acaba não falando o que está acontecendo, nem procura ajuda dos pais ou professores, que não sabem o que se passa na escola quando não estão presentes. Ao aceitar calado todas as provocações, passa, muitas vezes, a ser um voluntário a serviço do dominador.

O incentivo da família e da escola é de extrema importância para que o adolescente desenvolva seus talentos e melhore sua autoestima e resiliência. Porém, quando esse incentivo não é oferecido, torna-se mais difícil acionar mecanismos de defesa positivos que o levem à superação dos obstáculos os quais vem encontrando, e é grande a chance desse indivíduo adoecer.

Percebendo todos os danos que o *bullying* pode trazer para o desenvolvimento adequado da criança, cabe à sociedade questionar-se quanto às possíveis medidas preventivas que precisam ser adotadas na busca da redução dessa violência. O melhor ambiente para tais medidas é a escola, local onde a prática do *bullying* é mais evidente. Lopes Neto (2005, p. 169) apresenta uma questão importante: "Todos os programas antibullying devem ver as escolas como sistemas dinâmicos e complexos, não podendo tratá-las de maneira uniforme. Em cada uma delas, as estratégias a serem desenvolvidas devem considerar sempre as características sociais, econômicas e culturais de sua população."

Para que a escola e as famílias envolvidas possam elaborar estratégias de solução contra o *bullying*, é fundamental que consigam identificar as vítimas, os agressores e os espectadores (testemunhas), entretanto, uma pesquisa revelou que os professores têm pouco conhecimento a respeito do que é o *bullying*, e, muitas vezes, não sabem como agir diante dele, conforme explica Silva (2006)

Os professores não conseguem detectar os problemas e, muitas vezes, também demonstram desgaste emocional com o resultado das várias situações próprias do seu dia sobrecarregado de trabalhos e dos conflitos em seu ambiente profissional. Muitas vezes, devido a isso, alguns professores contribuem com o agravamento do quadro, rotulando com apelidos pejorativos ou reagindo de forma agressiva ao comportamento indisciplinado de alguns alunos.

Sem a colaboração dos pais, professores e demais funcionários da escola, o controle sobre o *bullying* pode se tornar ainda mais difícil e as consequências acabam tomando proporções cada vez maiores.

1.4 COMO COMBATER O BULLYING

Em 1983, o Ministério da Educação da Noruega realizou uma campanha de combate ao *bullying* escolar depois de um acontecimento dramático ocorrido em 1982, em que três crianças se suicidaram. Constataram que as principais motivações apontadas foram os maus-tratos sofridos na escola. Realizou-se, nesse período, uma pesquisa envolvendo estudantes, professores e pais de alunos. Os estudos constataram que a cada sete alunos, um estava envolvido em casos de *bullying*, seja no papel de vítima, seja no de agressor. Com esses resultados, originou-se um programa de intervenção *antibullying* com o objetivo de conscientizar e esclarecer a população a respeito do *bullying* e promover apoio e proteção às vítimas dessa violência escolar (SILVA, 2010). A partir disso, muitos países passaram a pesquisar o fenômeno, inclusive o Brasil, por intermédio da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, e, desde então, as Varas da Infância e da Adolescência têm recebido cada vez mais denúncias relativas ao *bullying*. Silva (2010, p. 118) destaca os seguintes dados: "Quase a totalidade de denúncias é relativa a agressões ocorridas em escolas públicas, onde a tutela do Estado é direta. Isso aponta para uma realidade preocupante: muitas escolas particulares abafam os casos de *bullying* em suas dependências por receio de perderem "clientes"."

A omissão das escolas diante desse fenômeno acaba prejudicando ou até mesmo impossibilitando intervenções que poderiam diminuir a proliferação dos casos. O trabalho de redução do *bullying* não é fácil, exige um trabalho continuado. Os custos são baixos, mas é preciso contar com a colaboração de pais, alunos, professores e funcionários, que precisam estar comprometidos com a questão para que a escola se torne um local mais seguro. De acordo com Lopes Neto (2005 apud COLOVINI; COSTA, 2007, p. 4), existem três documentos legais em relação ao desenvolvimento e à educação de crianças e adolescentes: a Constituição da República Federativa, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas. Tais documentos preveem direito ao respeito e à dignidade, sendo a educação um meio de desenvolvimento da criança e uma preparação para a sua cidadania. Em Santa Catarina, a Lei n. 14.651, de 12 de janeiro de 2009, traz como principais contribuições os seguintes artigos:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas, no Estado de Santa Catarina.

[...]

Art. 4º Para a implementação deste Programa, a unidade escolar criará uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

[...]

Art. 6º Compete à unidade escolar aprovar um plano de ações para a implantação das medidas previstas no Programa e integrá-lo ao Projeto Político Pedagógico.

[...]

Art. 8º A escola poderá encaminhar vítimas e agressores aos serviços de assistência médica, social, psicológica e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de parcerias e convênios. (SANTA CATARINA, 2009, p. 1).

O passo mais importante é a conscientização de todos para evitar novos casos, sem se esquecer do apoio que precisa ser oferecido à vítima, a fim de que ela se sinta protegida, e a conscientização dos agressores, mostrando-lhes a gravidade do que estão fazendo (LOPES NETO, 2005). Além disso, é preciso contar também com a participação das testemunhas. Estas precisam se impor para mostrar ao agressor que não aprovam sua atitude e fazer com que ele perceba que, agindo assim, ficará sem o apoio do grupo. A escola tem papel fundamental no combate ao *bullying*, e, como mencionado, não está preparada para identificar e enfrentar essa situação, por omissão, desconhecimento, comodismo ou até mesmo pela insistente negação do fenômeno. Para que o trabalho *antibullying* atinja melhores resultados, a escola precisa, primeiramente, reconhecer o problema e as consequências provenientes dele, capacitar os professores para identificação, diagnóstico, intervenção e encaminhamentos

adequados para as crianças ou os adolescentes envolvidos, levar o tema para toda a comunidade para prevenir novos casos, contar com a colaboração de consultores externos, incluindo profissionais especializados no tema, como psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. Outro passo muito importante é a parceria com instituições públicas como Conselhos Tutelares, Delegacias da Infância e da Juventude, Promotorias de Educação, entre outros órgãos que possam colaborar (SILVA, 2010).

A luta *antibullying* deve ser iniciada desde muito cedo, já nos primeiros anos de escolarização. A importância da precocidade das ações educacionais se deve ao incalculável poder que as crianças possuem de propagar e difundir ideias. Elas facilmente se transformam em agentes multiplicadores (SILVA, 2010, p. 173).

Não basta apenas reconhecer o problema, é necessário enfrentá-lo como algo sério e que precisa ser controlado. Com a ajuda dos profissionais da saúde, a fim de que identifiquem os sintomas nas vítimas e ofereçam a elas o devido apoio, bem como dos profissionais da educação e dos pais, o trabalho na busca da redução do *bullying* se torna mais eficiente, evitando, dessa forma, que em um futuro não muito distante, as crianças acabem percebendo a escola como um lugar ruim. A família pode contribuir muito para reverter essa situação, uma vez que é no ambiente familiar que a criança se desenvolve, aprende valores e regras; é nesse ambiente que ela precisa receber limites e estes, posteriormente, nortearão seus comportamentos. A atenção dos pais no comportamento dos filhos poderá identificar casos de *bullying* a tempo de evitar que essas crianças fiquem expostas a agressões, bem como a observação dos professores e demais funcionários da escola, que têm contato direto com todos os atores desse fenômeno.

2 MÉTODO

A pesquisa foi realizada com alunos do 5º ano do ensino fundamental de escolas públicas da rede municipal de uma cidade de médio porte do Meio-Oeste catarinense. No município, há seis escolas municipais, duas localizam-se na zona rural. Dessas escolas, foram selecionadas três: uma da área central, uma de um bairro em situação de vulnerabilidade (condição de risco) e uma da zona rural, a fim de comparar a ocorrência do *bullying* em diferentes ambientes. A escolha por três dessas escolas ocorreu em razão da facilidade de aplicação do questionário.

Participaram da pesquisa 54 estudantes com idade entre 10 e 13 anos, que trouxeram o Termo de Consentimento assinado pelo responsável autorizando o sujeito a participar da pesquisa; desses sujeitos, 29 (54%) são do sexo masculino e 25 (46%) do feminino. A pesquisa foi realizada nas salas de aula, onde os alunos preencheram um questionário contendo duas partes. A primeira se referia à identificação dos participantes, perguntando a idade e o sexo destes, a fim de identificar diferenças na ocorrência e o tipo de *bullying* entre meninos e meninas. A segunda etapa se referia aos tipos de *bullying* e foi elaborada com base nas pesquisas realizadas na revisão de literatura. Em uma relação com tipos de fatos que poderiam ter ocorrido com eles, considerados agressivos, foi solicitado que assinalassem, "nunca", "às vezes" ou "sempre", para determinar a frequência com que haviam sofrido cada uma das ocorrências. Essa etapa objetivou investigar a frequência de crianças vítimas de *bullying* nos três contextos escolares selecionados. De acordo com as respostas, foi possível observar qual escola apresenta maior incidência de *bullying* e que tipo de violência está mais presente no sexo masculino e feminino nas diferentes escolas.

3 RESULTADOS

Na Tabela 1 é apresentada a distribuição de frequência com que os estudantes são ameaçados de exclusão pelos colegas em escolas da região urbana central, periferia e rural. É possível constatar que 10 (91%) sujeitos do sexo masculino de uma escola da região urbana central responderam que nunca foram ameaçados de exclusão e 1 (9%) respondeu que às vezes é ameaçado. Os 3 (100%)

entrevistados do sexo feminino da escola localizada na região central afirmaram nunca ter sofrido ameaças de exclusão pelos colegas. No total, 13 (93%) assinalaram que nunca foram ameaçados de exclusão e somente 1 (7%) marcou que às vezes é ameaçado. Na escola da periferia, observa-se que 7 (88%) dos sujeitos do sexo masculino responderam que nunca sofreram esse tipo de ameaça e 1 (12%) respondeu que às vezes é ameaçado pelos colegas. Quanto ao sexo feminino, 10 (83%) assinalaram que nunca sofreram ameaça de exclusão e 2 (17%) que às vezes são ameaçadas. No total, 17 (85%) dos participantes responderam que nunca foram ameaçadas e 3 (15%) que às vezes são ameaçados.

Tabela 1: Distribuição da frequência com que os estudantes são ameaçados de exclusão pelos colegas em escolas da região urbana central, periferia e rural

Freq.	Urbana – central			Urbana – periferia			Rural			Total
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Nunca	10	3	13	7	10	17	9	7	16	46
	91%	100%	93%	88%	83%	85%	90%	70%	80%	85%
Às vezes	1	0	1	1	2	3	1	3	4	8
	9%	0	7%	12%	17%	15%	10%	30%	20%	15%
Sempre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: as autoras.

Na escola da área rural, 9 (90%) dos pesquisados do sexo masculino responderam que nunca foram vítimas de ameaças de exclusão e 1 (10%) dos sujeitos afirmou que às vezes passa por esse tipo de situação. É possível visualizar, ainda, que 7 (70%) do sexo feminino marcaram que nunca foram ameaçados de exclusão e 3 (30%) que às vezes são ameaçados. No total, 16 (80%) alunos assinalaram que nunca foram ameaçados e 4 (20%) que às vezes são. No geral, 46 (85%) dos participantes afirmaram que nunca foram ameaçados e 8 (15%) que às vezes são ameaçados de exclusão pelos colegas de escola.

Na Tabela 2 é possível identificar a distribuição de frequência com que os adolescentes são apelidados na escola. Observa-se que 4 (36%) sujeitos do sexo masculino da região urbana central responderam que nunca foram apelidados, 5 (46%) que às vezes são apelidados e 2 (18%) que isso sempre ocorre com eles. É possível verificar, também, que 2 (67%) participantes do sexo feminino afirmaram nunca ser apelidadas e 1 (33%) respondeu que às vezes isso ocorre. No total, 6 (43%) marcaram que nunca foram apelidados, 6 (43%) que às vezes são e 2 (14%) que sempre são apelidados.

Tabela 2: Distribuição da frequência com que os adolescentes são apelidados em escolas da região urbana central, periferia e rural

Freq.	Urbana – central			Urbana – periferia			Rural			Total
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Nunca	4	2	6	4	4	8	3	2	5	19
	36%	67%	43%	50%	33%	40%	30%	20%	25%	35%
Às vezes	5	1	6	2	7	9	6	6	12	27
	46%	33%	43%	25%	59%	45%	60%	60%	60%	50%
Sempre	2	0	2	2	1	3	1	2	3	8
	18%	0	14%	25%	8%	15%	10%	20%	15%	15%

Fonte: as autoras.

Na escola da área urbana periferia, 4 (50%) dos jovens do sexo masculino responderam que nunca foram apelidados, 2 (25%) que às vezes são e 2 (25%) que sempre recebem apelidos dos colegas. A ocorrência entre os sujeitos do sexo feminino é maior, 4 (33%) marcaram que nunca foram apelidados, 7 (59%) que às vezes são e 1 (8%) respondeu que isso sempre ocorre. No total, 8 (40%) dos adolescentes assinalaram que nunca foram apelidados, 9 (45%) que às vezes são e 3 (15%) que isso sempre ocorre.

De acordo com os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3, 30% dos sujeitos do sexo masculino da escola da área rural responderam que nunca foram apelidados, 6 (60%) que às vezes são e 1 (10%) marcou que sempre é apelidado. Dos alunos do sexo feminino que participaram da pesquisa, 2 (20%) assinalaram que nunca foram apelidados, 6 (60%) que às vezes são e 2 (20%) que sempre recebem apelidos. No total, 5 (25%) dos jovens afirmaram que nunca foram apelidados, 12 (60%) que às vezes são e 3 (15%) que isso sempre ocorre. De forma geral, 19 (35%) dos pesquisados responderam que nunca receberam apelidos, 27 (50%) responderam que às vezes recebem e 8 (15%) que sempre são apelidados.

Tabela 3: Distribuição da frequência com que os adolescentes são agredidos fisicamente com chutes pelos colegas de escola na região urbana central, periferia e rural

Freq.	Urbana – central			Urbana – periferia			Rural			Total
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Nunca	6 55%	2 67%	8 57%	6 75%	7 59%	13 65%	5 50%	10 100%	15 75%	36 67%
Às vezes	4 36%	1 33%	5 36%	2 25%	4 33%	6 30%	5 50%	0	5 25%	16 30%
Sempre	1 9%	0	1 7%	0	1 8%	1 5%	0	0	0	2 3%

Fonte: as autoras.

A Tabela 3 contém informações referentes à distribuição de frequência com que os adolescentes são chutados pelos colegas de escola. Conforme os dados apresentados, é possível observar que 6 (55%) sujeitos do sexo masculino da região urbana central afirmaram nunca terem sido chutados, 4 (36%) que às vezes são e 1 (9%) respondeu que isso sempre ocorre. Constata-se, ainda, que 2 (67%) alunos do sexo feminino marcaram que nunca foram chutados e 1 (33%) assinalou que às vezes é. No total, 8 (57%) dos participantes responderam que nunca foram chutados, 5 (36%) marcaram que às vezes são e apenas 1 (7%) assinalou que sempre recebe chutes dos colegas.

Na escola da área urbana periferia, 6 (75%) alunos do sexo masculino responderam que nunca foram chutados e 2 (25%) que às vezes são. Observa-se, também, que 7 (59%) sujeitos do sexo feminino afirmaram que nunca foram chutados, 4 (33%) que às vezes são e 1 (8%) que sempre é chutado. No total, 13 (65%) adolescentes responderam que nunca foram chutados, 6 (30%) que às vezes são e 1 (5%) marcou que sempre é chutado.

Na escola da área rural, 5 (50%) participantes do sexo masculino responderam que nunca foram chutados pelos colegas e 5 (50%) que às vezes são. Os 10 (100%) sujeitos do sexo feminino marcaram que nunca foram agredidos fisicamente com chutes pelos colegas de escola. No total, 15 (75%) assinalaram que nunca foram chutados e 5 (25%) que às vezes isso ocorre. De modo geral, 36 (67%) dos jovens afirmaram nunca terem sido chutados na escola, 16 (30%) que às vezes são e 2 (3%) que sempre sofrem esse tipo de agressão.

Tabela 4: Distribuição da frequência com que os sujeitos são empurrados pelos colegas de escola na região urbana central, periferia e rural

Freq.	Urbana – central			Urbana – periferia			Rural			Total
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Nunca	4	1	5	6	2	8	1	7	8	21
	36%	33%	36%	75%	17%	40%	10%	70%	40%	39%
Às vezes	6	2	8	2	7	9	8	3	11	28
	55%	67%	57%	25%	58%	45%	80%	30%	55%	52%
Sempre	1	0	1	0	3	3	1	0	1	5
	9%		7%		25%	15%	10%		5%	9%

Fonte: as autoras.

A Tabela 4 contém a distribuição da frequência com que os adolescentes são empurrados pelos colegas de escola. É possível visualizar que 4 (36%) sujeitos do sexo masculino da região urbana central assinalaram que nunca foram empurrados, 6 (55%) que às vezes são e 1 (9%) que sempre é. Constata-se, também, que 1 (33%) jovem do sexo feminino marcou que nunca foi empurrado e 2 (67%) responderam que às vezes isso ocorre. No total, 5 (36%) sujeitos afirmaram que nunca foram empurrados, 8 (57%) que às vezes são e apenas 1 (7%) respondeu que isso sempre ocorre.

Na escola da área urbana periferia, 6 (75%) participantes do sexo masculino marcaram que nunca foram empurrados e 2 (25%) que às vezes isso ocorre. Nota-se, ainda, que 2 (17%) alunos do sexo feminino responderam que nunca foram empurrados, 7 (58%) que às vezes são e 3 (25%) que sempre são empurrados. No total, 8 (40%) jovens assinalaram que isso nunca ocorreu, 9 (45%) que às vezes são empurrados e 3 (15%) que sempre são empurrados.

Na escola da área rural, 1 (10%) aluno do sexo masculino respondeu que nunca foi empurrado pelos colegas, 8 (80%) marcaram que às vezes os colegas os empurram e 1 (10%) assinalou que sempre é empurrado. Dos jovens do sexo feminino, 7 (70%) afirmaram que nunca foram vítimas desse tipo de *bullying* e 3 (30%) que às vezes são empurrados. No total, 8 (40%) sujeitos responderam que nunca foram empurrados, 11 (55%) que às vezes e apenas 1 (5%) marcou que é empurrado pelos colegas. De maneira geral, 21 (39%) participantes assinalaram que nunca foram empurrados, 28 (52%) que às vezes são empurrados e 5 (9%) que seus colegas os empurram sempre.

Tabela 5: Distribuição da frequência com que os sujeitos são debochados pelos colegas na região urbana central, periferia e rural

Freq.	Urbana – central			Urbana – periferia			Rural			Total
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Nunca	6	2	8	6	11	17	5	5	10	35
	56%	67%	57%	75%	92%	85%	50%	50%	50%	65%
Às vezes	5	1	6	2	1	3	5	4	9	18
	44%	33%	43%	25%	8%	15%	50%	40%	45%	33%
Sempre	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
								10%	5%	2%

Fonte: as autoras.

Na Tabela 5, pode ser vista a distribuição da frequência com que os adolescentes são debochados pelos colegas de escola. Constata-se que 6 (56%) sujeitos do sexo masculino da região urbana central marcaram que nunca foram debochados e 5 (45%) que às vezes são. Verifica-se, ainda, que 2 (67%) alunos do sexo feminino assinalaram que nunca foram debochados e 1 (33%) respondeu que às vezes é debochado. No total, 8 (57%) jovens responderam que isso nunca ocorre e 6 (43%) que às vezes são debochados pelos colegas.

Na escola da área urbana periferia, 6 (75%) sujeitos do sexo masculino marcaram que nunca foram debochados e 2 (25%) que às vezes são. Observa-se, ainda, que 11 (92%) jovens do sexo feminino afirmaram que nunca foram debochados e 1 (8%) respondeu que às vezes os colegas debocham dele. No total, 17 (85%) dos alunos assinalaram que nunca foram debochados e 3 (15%) que às vezes ocorre esse fato.

Na escola da área rural, 5 (50%) sujeitos do sexo masculino responderam que nunca foram debochados pelos colegas e 5 (50%) que às vezes são. Em relação ao sexo feminino, 5 (50%) assinalaram que isso nunca ocorre, 4 (40%) que às vezes são debochados e 1 (10%) respondeu que sempre é debochada pelos colegas. No total, 10 (50%) alunos marcaram que nunca foram debochados, 9 (45%) que às vezes são e apenas 1 (5%) sinalizou que os colegas sempre fazem isso com ele. De modo geral, 35 (65%) dos participantes afirmaram que nunca foram debochados, 18 (33%) que às vezes são e apenas 1 (2%) respondeu que os colegas sempre têm esse comportamento em relação a ele.

4 DISCUSSÃO

De acordo com a literatura, atos como agressões físicas, roubos, obrigar a realizar atividades servis, forçar comportamentos sexuais, extorsão de dinheiro, bater ou ameaça de tais atos, fazem parte do *bullying* do tipo direto e físico. Outro tipo é o direto e verbal, que inclui apelidar, fazer comentários racistas ou em relação a qualquer diferença com o outro, "tirar sarro", insultar, ofender, xingar e fazer piadas ofensivas. Há também o *bullying* indireto, ou seja, a exclusão de uma pessoa ou ameaça de exclusão (MARTINS, 2005). De acordo com Silva (2010, p. 23), existe, também, o *bullying* psicológico e moral, o qual inclui irritar, excluir, humilhar, ridicularizar, isolar, ignorar, desprezar, discriminar, aterrorizar, ameaçar, chantagear, intimidar, tyrannizar, dominar, perseguir, difamar, passar bilhetes e desenhos de caráter ofensivo entre os colegas, fazer intrigas, fofocas ou mexericos, sendo o último mais comum entre meninas. Independente da forma em que ocorre, a vítima não tem como se defender e dificilmente receberá ajuda de outros colegas, que, mesmo não gostando do que veem, não fazem nada para ajudar com medo de serem as próximas vítimas. Dessa forma, as crianças vitimizadas são as que mais sofrem com a rejeição, o isolamento, a humilhação, a tal ponto de se sentirem impedidas de se relacionar com quem desejam, de brincar livremente, de fazer a tarefa na escola em grupo, porque os mais fortes e intolerantes lhes impõem tal sofrimento (LIMA, 2003).

Os dados apresentados nas Tabelas 1 a 5 explicitam diferentes tipos de comportamentos agressivos que revelam formas nas quais ocorre o *bullying*. Pode-se visualizar na Tabela 1 uma maior incidência dessa violência, caracterizada como *bullying* do tipo indireto, com os sujeitos do sexo feminino apresentando 47% de ocorrência, e, entre os sujeitos do sexo masculino, com ocorrência de 31%. A ocorrência desse tipo de *bullying* é maior na escola da área rural, atingindo 20% dos sujeitos. Na escola da área urbana central, a ocorrência é de 7%, e na área urbana periferia, de 15%.

Na Tabela 2, os dados explicitam que apelidos são frequentes nas escolas pesquisadas, atingindo 65% dos sujeitos que participaram da pesquisa. Há uma maior incidência desse tipo de *bullying* verbal nos sujeitos do sexo feminino, com 68% de ocorrência, e, entre os sujeitos do sexo masculino, a ocorrência é de 65%. A ocorrência do *bullying* verbal (apelidos), é maior na escola da área rural, atingindo 75% dos sujeitos. Na escola da área urbana central, a ocorrência é de 57%, e na área urbana periferia, de 60%.

De acordo com a literatura, as meninas apresentam "[...] tendência a praticar agressões na forma de terror psicológico e na manipulação de outras meninas contra as colegas-alvo [...]" (SILVA, 2010), dado que coincide com os resultados desta pesquisa, em que os tipos de *bullying* mais

frequentes entre os sujeitos do sexo feminino são os apelidos e as ameaças de exclusão, ou seja, do tipo verbal e do tipo indireto ou psicológico, como classifica o mesmo autor.

É possível concluir, que pela frequência relacionada na Tabela 3, o chute é um tipo de agressão que ocorre nas três escolas pesquisadas e entre os sujeitos de ambos os sexos. Há uma maior incidência desse tipo de *bullying* físico nos sujeitos do sexo masculino, totalizando um percentual de 41%, e, entre os do sexo feminino, a ocorrência é de 24%. A ocorrência do *bullying* físico chutar é maior na escola da área urbana central, em que 43% dos sujeitos afirmam sofrer tal violência. A incidência na escola da área urbana periferia é de 35% e na rural 25%.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4, é possível concluir que há a ocorrência de empurrões nos três contextos escolares e que essa violência atinge 61% dos sujeitos que participaram da pesquisa. A maior incidência está entre os sujeitos do sexo masculino, em que 62% deles responderam sofrer dessa violência, enquanto que nos sujeitos do sexo feminino a incidência é de 60%. A ocorrência do *bullying* do tipo físico empurrar é maior na escola da área urbana central, com incidência de 62%. Tanto a escola da área urbana periferia quanto a da área rural apresentaram a mesma incidência, 60%.

A Tabela 5 explicita que os deboches são frequentes nas diferentes escolas e que há ocorrência desse tipo de *bullying* em ambos os sujeitos. A maior incidência está entre os sujeitos do sexo masculino, em que 41% deles responderam sofrer dessa violência, enquanto que nos sujeitos do sexo feminino a incidência é de 24%. A ocorrência do *bullying* do tipo verbal, como debochar, é maior na escola da área rural, com incidência de 45%, seguida pela escola da área urbana central, com 43% de ocorrência. A escola da área urbana periferia apresenta um índice menor, 15%.

Conforme os dados apresentados, é possível observar que os sujeitos do sexo masculino sofrem mais o *bullying* do tipo físico, como chutar e empurrar, pois “[...] meninos tendem a utilizar a força física para firmarem seu poder sobre os demais.” (SILVA, 2010). De acordo com o mesmo autor, na maioria das vezes, há um líder no grupo que induz os outros a violentarem a vítima, sem que ele precise fazer isso. Então, os demais fazem o que o líder solicita por medo de não serem mais aceitos no grupo.

“As diferenças entre os gêneros, em relação à expressão da agressividade, já se encontram presentes desde a infância.” (BANDEIRA, 2009, p. 22). Para Lisboa et al. (2002 apud BANDEIRA, 2009, p. 22), os meninos expressam sua agressividade por intermédio da força física e com maior frequência do que as meninas, que, por sua vez, tendem a apresentar essa agressividade de forma indireta, ou seja, verbalmente. Segundo Vail (2002 apud BANDEIRA, 2009, p. 24), “[...] a forma como o *bullying* se apresenta nas meninas é geralmente despercebido, como se elas não fossem suspeitas de comportamento agressivo, ou *bullying*, da mesma forma que os meninos.” Em relação à diferença de gênero, Boulton e Underwood (1992 apud BANDEIRA, 2009, p. 24) ressaltam que os meninos agredem tanto meninos quanto meninas, já as meninas tendem a agredir somente outras meninas.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas, o *bullying* está presente nas três escolas pesquisadas, embora a frequência varie conforme o tipo pesquisado. Silva (2010, p. 117) afirma:

O bullying ocorre em todas as escolas, independentemente de sua tradição, localização ou poder aquisitivo dos alunos. Pode-se afirmar que está presente de forma democrática, em 100% das escolas em todo o mundo [...]. O que pode variar são os índices encontrados em cada realidade escolar. Isso decorre do conhecimento da situação e da postura que cada instituição de ensino adota, ao se deparar com casos de violência entre os alunos.

Lopes Neto (2008, p. 2) destaca que “[...] a agressividade entre os estudantes é encontrada em todas as escolas, sem exceção.” Os dados obtidos na pesquisa coincidem com as ideias dos autores, que reforçam o fato de que o *bullying* não ocorre somente em contextos sociais com maior vulnerabilidade.

5 CONCLUSÃO

Os dados colhidos no questionário possibilitam mostrar que, nas escolas pesquisadas em diferentes contextos, há uma grande incidência de *bullying*. A maior ocorrência está na escola da área rural, principalmente do tipo verbal e psicológico. Já o tipo físico é mais presente na escola da área urbana central. A escola da área urbana periferia foi a que apresentou menor incidência desse tipo de violência.

O *bullying* mais frequente é caracterizado pelos apelidos, que atingem 65% dos alunos. Há diferenças entre os tipos que ocorrem com sujeitos do sexo masculino e feminino. Enquanto que no sexo masculino é mais frequente o *bullying* do tipo físico, como chutar e empurrar, entre os sujeitos do sexo feminino é mais frequente o indireto, como ameaças de exclusão, ou o *bullying* verbal, apelidos.

A colaboração dos professores é muito importante para a identificar esses agressores. O professor tem a autoridade de reprimir alguns comportamentos no espaço escolar e pode alertar os pais quanto às atitudes dos filhos. Em relação às vítimas, a maioria dos pais não consegue identificar se o filho é ou não vítima de *bullying*, porém essa identificação é necessária para prestar auxílio e não permitir que essa violência interfira no seu desenvolvimento saudável. É significativo, também, atentar para o comportamento de quem é testemunha por estar incentivando o agressor, de forma passiva ou sendo conivente, uma vez que pode contribuir para que esse tipo de comportamento continue ou não no ambiente em que está inserido.

A conscientização de todos os alunos por intermédio de trabalhos realizados na escola, como palestras, cartilhas de orientação, treinamento de habilidades sociais, teatro, filmes, entre outros, pode fazer com que os agressores percebam a gravidade de seus atos e as testemunhas passem a se questionar sobre até que ponto sua indiferença está contribuindo para essas situações. Tais trabalhos, também, instruem as vítimas, que terão a percepção de que precisam de ajuda e podem contar com os pais e professores para evitar dificuldades no futuro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do Bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 33-42, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100004>. Acesso em: 13 out. 2009.

BANDEIRA, Cláudia de Moraes. **Bullying**: autoestima e diferenças de gênero. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23014>>. Acesso em: 21 out. 2010.

COLOVINI, Cristian Ericksson; COSTA, Mara Regina Nieckel da. **O fenômeno Bullying na percepção dos professores**. [S.l.], 2007. Disponível em: <http://www.diganaoabullying.com.br/secao_recursos/recursos/ulbra.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2010.

LIMA, Raymundo de. Bullying: uma violência psicológica não só contra crianças. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 43. [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/043/43lima.htm>>. Acesso em: 25 out. 2009.

LOPES NETO, Aramis Antônio. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Um antigo problema, uma nova visão. **Revista de Pediatria**, v. 9, n. 1, p. 5-7, jan./jun. 2008. Disponível em: <www.socep.org.br/.../9.1%20Editorial%20-%20Um%20antigo%20problema,%20uma%20nova%20visão.pdf>. Acesso em: 13 out. 2009.

MALDONADO, Daniela Patricia Ado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 353-362, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/laprev/.../Artigos/comportamento%20agressivo.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2009.

MARTINS, Maria José D. O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 18, n. 1, p. 93-105, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/374/37418106.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei n. 14.651**, de 12 de janeiro de 2009. Florianópolis: Alesc, 2009.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Fontanar, 2010.

SILVA, Geane de Jesus. Bullying: quando a escola não é um paraíso. **Jornal Mundo Jovem**, [S.l.], 364. ed., p. 2-3, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/bullying.php>>. Acesso em: 19 mar. 2010.